



# DIÁRIO DA REPÚBLICA

## ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 220,00

| Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, <a href="http://www.impresnanacional.gov.ao">www.impresnanacional.gov.ao</a> - End. teleg.: «Imprensa». | ASSINATURA     |                | O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P. |
|--|----------------|----------------|--|
|  | Ano            |                |  |
|  | As três séries | Kz: 470 615.00 |  |
|  | A 1.ª série    | Kz: 277 900.00 |  |
|  | A 2.ª série    | Kz: 145 500.00 |  |
|  | A 3.ª série    | Kz: 115 470.00 |  |

### SUMÁRIO

#### Assembleia Nacional

**Lei n.º 5/15:**

Lei de alteração da Divisão Político-Administrativa da Província da Lunda-Norte, sobre os limites do Município de Chitato, que desanexa a Comuna do Lóvua e eleva-a à categoria de Município. — Revoga o n.º 2 do artigo 1.º do Decreto n.º 84/78, de 4 de Julho.

#### Ministérios da Economia e da Indústria

**Decreto Executivo Conjunto n.º 245/15:**

Dá nova redacção ao n.º 1 do Decreto Executivo Conjunto n.º 190/11, de 6 de Dezembro, sobre a privatização dos activos, imóveis e móveis das instalações fabris da CONGERAL.

#### Ministério das Pescas

**Decreto Executivo n.º 246/15:**

Aprova o Regulamento Interno da Direcção Nacional de Produção e Iodização do Sal deste Ministério. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

**Decreto Executivo n.º 247/15:**

Aprova o Regulamento Interno do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística deste Ministério. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

**Decreto Executivo n.º 248/15:**

Aprova o Regulamento Interno do Gabinete Jurídico deste Ministério. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

**Decreto Executivo n.º 249/15:**

Aprova o Regulamento Interno do Gabinete de Intercâmbio deste Ministério. — Revoga toda a legislação que contraria o disposto no presente Diploma.

**Decreto Executivo n.º 250/15:**

Aprova o Regulamento Interno do Gabinete de Tecnologias de Informação. — Revoga toda a legislação que contraria o disposto no presente Diploma.

#### Ministério das Finanças

**Despacho n.º 138/15:**

Autoriza a cessão da totalidade das quotas dos actuais sócios, para a Associated Holdings Network, sociedade de direito estrangeiro, e para Miguel das Saudades Lucula, cidadão de nacionalidade angolana, o aumento do capital social e altera a designação social para ALLIED INSURANCE BROKERS ANGOLA — Correctores de Seguros, Lda.

#### Ministério da Geologia e Minas

**Despacho n.º 139/15:**

Aprova o Contrato de Investimento Mineiro para a outorga de direitos relativos a metais não ferrosos, elementos de terras raras, metais raros e metais preciosos, celebrado pela Ferrangol E.P. e a Ozango Minerais S.A.

**Despacho n.º 140/15:**

Aprova a alteração do Contrato de Investimento Mineiro, cuja Sociedade Mineira designar-se-á por Sociedade Mineira do Camissombo Lda.

### ASSEMBLEIA NACIONAL

**Lei n.º 5/15**  
de 6 de Maio

A presente Lei tem por objectivo proceder à revisão pontual da actual divisão político-administrativa da Província da Lunda-Norte, considerando as actuais necessidades tanto das populações como da Administração, resultantes dos progressos verificados no domínio económico e social.

Impõe-se, pois, a necessidade de alteração dos limites do Município de Chitato, constantes do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto n.º 84/78, de 4 de Julho, desanexando dele a Comuna do Lóvua, elevando-a à categoria de município, por estarem reunidos os requisitos para o efeito, mantendo os limites actuais em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto acima citado.

A Assembleia Nacional aprova, por mandato do Povo, nos termos da alínea f) do artigo 161.º e da alínea d) do n.º 2 do artigo 166.º, ambos da Constituição da República de Angola, a seguinte:

## ANEXO II

**Organigrama do Gabinete de Intercâmbio a que se refere o artigo 8.º do Regulamento que antecede**



A Ministra, *Victória Francisco Lopes Cristóvão de Barros Neto*.

**Decreto Executivo n.º 250/15**  
de 6 de Maio

Havendo necessidade de se regulamentar a estrutura e o funcionamento do Gabinete de Tecnologias de Informação, a que se refere o artigo 20.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Pescas, aprovado por Decreto Presidencial n.º 92/14, de 25 de Abril;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com a alínea i) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 92/14, de 25 de Abril, determino:

**ARTIGO 1.º**  
(Aprovação)

É aprovado o Regulamento Interno do Gabinete de Tecnologias de Informação, anexo ao presente Decreto Executivo, do qual é parte integrante.

**ARTIGO 2.º**  
(Revogação)

É revogada toda a legislação que contraria o disposto no presente Diploma.

**ARTIGO 3.º**  
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Ministro das Pescas.

**ARTIGO 4.º**  
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 6 de Maio de 2015.

A Ministra, *Victória Francisco Lopes Cristóvão de Barros Neto*.

**REGULAMENTO INTERNO DO GABINETE  
DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO**

**CAPÍTULO I**  
**Disposições Gerais**

**ARTIGO 1.º**  
(Definições)

O Gabinete de Tecnologias de Informação é o serviço de apoio técnico responsável pelo desenvolvimento das tecnologias de informação com vista a dar suporte às actividades de modernização e inovação do Ministério das Pescas.

**ARTIGO 2.º**  
(Atribuições)

No âmbito das atribuições estabelecidas no artigo 20.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Pescas, incumbe ao Gabinete de Tecnologia de Informação:

- a) Elaborar e implementar um Plano-Director de Tecnologias de Informação no Ministério;
- b) Assegurar a gestão dos meios afectos à execução da política de informatização do Sector Pesqueiro;
- c) Coordenar a rede informática nas suas diferentes modalidades, garantindo a sua segurança e operacionalidade, promovendo a unificação de métodos e procedimentos;
- d) Coordenar e emitir parecer sobre a realização de investimentos no domínio da informatização e telecomunicações nos órgãos e serviços afectos ao Ministério, bem como controlar a sua implementação em articulação com estes;
- e) Criar e manter bases de dados nos órgãos e serviços do Ministério e velar pelo seu bom funcionamento;
- f) Assegurar a permanente adequação dos sistemas de informação e telecomunicações às necessidades de gestão e operacionalidade dos órgãos e serviços integrados no Ministério;
- g) Assessorar os utilizadores na exploração, gestão, manutenção dos equipamentos, sistemas informáticos e de telecomunicações;
- h) Desempenhar as demais funções que lhe sejam cometidas por lei ou por determinação superior.

**CAPÍTULO II**  
**Organização**

**ARTIGO 3.º**  
(Estrutura orgânica)

O Gabinete de Tecnologias de Informação tem a seguinte estrutura orgânica:

- a) Direcção;
- b) Conselho de Direcção;
- c) Secretariado Administrativo.

**ARTIGO 4.º**  
**(Direcção)**

1. O Gabinete de Tecnologias de Informação é dirigido por um responsável com a categoria de Director Nacional, ao qual compete em especial:

- a) Representar o Gabinete de Tecnologias de Informação e assegurar a manutenção de relações de colaboração com os demais órgãos do Ministério;
- b) Organizar e dirigir os serviços do Gabinete de Tecnologias de Informação;
- c) Assegurar sob responsabilidade própria a execução dos programas e políticas definidas para o Ministério e tomar as decisões necessárias;
- d) Garantir o cumprimento das orientações definidas pelo Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Informação;
- e) Submeter à apreciação do Ministro os assuntos que careçam de resolução superior;
- f) Apresentar relatórios das actividades do Gabinete e sobre matéria específica de acordo com orientação do Ministro das Pescas;
- g) Elaborar propostas e emitir pareceres sobre a nomeação, avaliação, promoção, movimentação e classificação do pessoal afecto ao Gabinete;
- h) Desempenhar as demais funções que lhe sejam aco- metidas por lei ou determinação superior.

2. Nas suas ausências e impedimentos, o Director do Gabinete de Tecnologias de Informação é substituído por um responsável por si designado.

**ARTIGO 5.º**  
**(Conselho de Direcção)**

1. O Conselho de Direcção é o órgão de apoio e consulta do Director do Gabinete em matéria de gestão, organização e disciplina laboral.

2. O Conselho de Direcção é presidido pelo Director do Gabinete de Tecnologias de Informação, e dele fazem parte técnicos superiores, podendo participar nas respectivas sessões outros técnicos convocados ou convidados pelo Director.

3. O Conselho de Direcção reúne-se ordinariamente de três em três meses e, extraordinariamente, quando for necessário, mediante convocatória do Director do Gabinete e com ordem de trabalho estabelecida por este.

**CAPÍTULO III**  
**Disposições Finais**

**ARTIGO 6.º**  
**(Quadro de pessoal)**

O quadro de pessoal do Gabinete de Tecnologias de Informação é o que consta do Anexo I ao presente Regulamento e dele faz parte integrante.

**ARTIGO 7.º**  
**(Organograma)**

O organograma do Gabinete de Tecnologias de Informação é o constante do Anexo II ao presente Regulamento e dele faz parte integrante.

**ARTIGO 8.º**  
**(Secretariado Administrativo)**

1. O Secretariado Administrativo é a unidade de serviço do Gabinete de Tecnologias de Informação responsável pela coordenação e controlo das actividades administrativas.

2. Ao Secretariado Administrativo compete em Especial:

- a) Proceder à recepção, registo, distribuição e expedição da correspondência e de toda a documentação do Gabinete;
- b) Executar os trabalhos de digitação, reprodução e operação informática do Gabinete, bem como manter organizado o seu arquivo;
- c) Elaborar e controlar o plano de férias dos funcionários adstritos ao Gabinete;
- d) Zelar pelo bom funcionamento dos equipamentos do Gabinete, pela limpeza e higiene das instalações e de modo geral pela manutenção e conservação do património afecto ao Gabinete de Tecnologias de Informação;
- e) Desempenhar as demais funções que lhe sejam aco- metidas pelo Director do Gabinete de Tecnologias de Informação.

A Ministra, *Victória Francisco Lopes Cristóvão de Barros Neto*.

**ANEXO I**

**Quadro de pessoal a que se refere o artigo 6.º**  
**do regulamento que antecede**

| Grupo de Pessoal | Carreira         | Categoria/Cargo  | N.º de Lugares        | N.º de Lugares Ocupados |
|------------------|------------------|--|-----------------------|-------------------------|
| Direcção         |                  | Director Nacional  | 1                     | 1                       |
| Técnico Superior | Técnica Superior | Assessor Principal<br>1.º Assessor<br>Assessor<br>Técnico Superior Principal<br>Técnico Superior de 1.ª Classe<br>Técnico Superior de 2.ª Classe   | 1<br>1<br>1<br>1<br>3 |                         |
| Técnico          | Técnica          | Especialista Principal<br>Especialista de 1.ª Classe<br>Especialista de 2.ª Classe<br>Técnico de 1.ª Classe<br>Técnico de 2.ª Classe<br>Técnico de 3.ª Classe  | 1<br>1                |                         |
| Técnico Médio    | Técnica Média    | Técnico Médio Principal de 1.ª Classe<br>Técnico Médio Principal de 2.ª Classe<br>Técnico Médio Principal de 3.ª Classe<br>Técnico Médio de 1.ª Classe<br>Técnico Médio de 2.ª Classe<br>Técnico Médio de 3.ª Classe |                       |                         |

ANEXO II  
Organigrama a que se refere o artigo 7.º  
do regulamento que antecede



A Ministra, *Victória Francisco Lopes Cristóvão de Barros Neto*.

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Despacho n.º 138/15  
de 6 de Maio

Estando a sociedade FIDES — Mediadora de Seguros, Limitada, em processo de conclusão da cessão da totalidade das suas quotas às novas entidades, do aumento do seu capital social e de alteração da sua denominação social;

Organizado e analisado o processo nos termos do artigo 38.º da Lei n.º 1/00, de 3 de Fevereiro, Geral da Actividade Seguradora, e de acordo ao disposto no artigo 167.º da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, das Sociedades Comerciais, sob o qual recaiu o parecer favorável de Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e conjugado com o n.º 1 do artigo 38.º da Lei n.º 1/00, de 3 de Fevereiro, Geral da Actividade Seguradora, determino:

1. É autorizada a cessão da totalidade das quotas dos actuais sócios, para a Associated Holdings Network, sociedade de direito estrangeiro, e para Miguel das Saudades Lucula, cidadão de nacionalidade angolana, que passam a deter 70% e 30% do capital social, respectivamente, o aumento do capital social, de Kz: 3.750.000,00 para Kz: 20.000.000,00, bem como à alteração da designação social para ALLIED INSURANCE BROKERS ANGOLA — Correctores de Seguros, Limitada.

2. Após a publicação em *Diário da República* do presente instrumento, e efectuadas todas as alterações junto do competente Cartório Notarial, deverão os interessados remeter à Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros, para efeitos de cadastro, a publicação no *Diário da República* do novo figurino da estrutura societária da ALLIED INSURANCE

BROKERS ANGOLA — Correctores de Seguros, Limitada, o contrato efectivo das transacções das quotas e demais elementos atinentes à legislação das sociedades comerciais.

3. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Abril de 2015.

O Ministro, *Armando Manuel*.

## MINISTÉRIO DA GEOLOGIA E MINAS

Despacho n.º 139/15  
de 6 de Maio

Considerando que o Ministério da Geologia e Minas é o Departamento Ministerial responsável pela execução da Política do Executivo relativamente às Actividades Geológico-Mineiras não Petrolíferas, as quais se afiguram de grande potencial para a diversificação das fontes de receitas patrimoniais e fiscais para o Estado;

Tendo em conta que os instrumentos operativos do Programa de Governação até 2017, estando, entre os seus objectivos, a intensificação da actividade de prospecção e exploração de minerais, envolvendo tanto o sector público como o sector privado da nossa economia;

Tendo em conta que os minerais objecto da concessão não estão adstritos a uma Concessionária Nacional e a FERRANGOL-E. P., órgão da Administração Indirecta do Estado foi mandatada para representar os interesses públicos em relação aos minerais objecto da concessão e participar na apropriação do produto da mineração em nome do Estado, ao abrigo do artigo 11.º do Código Mineiro;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e do n.º 1 do artigo 111.º do Código Mineiro, determino:

ARTIGO 1.º  
(Aprovação)

É aprovado o Contrato de Investimento Mineiro para a outorga de direitos relativos a metais não ferrosos, elementos de terras raras, metais raros e metais preciosos, celebrado nos termos do Código pela FERRANGOL-E.P. e a Ozango Minerais, S.A.

ARTIGO 2.º  
(Demarcação mineira)

A concessão objecto do Contrato de Investimento Mineiro aprovado no artigo 1.º tem uma superfície de aproximadamente 3.670Km, situada nas Províncias do Huambo e Bié, abrange os Municípios da Caála, Longonjo, Katabola e Ukuma, e